

A. TELECOM S.A.

CNPJ nº 03.498.897/0001-13 - Companhia Fechada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. S^{as}. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Finalmente, a administração da A. Telecom S.A. agradece aos acionistas, clientes e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011			
(Em milhares de reais)			
	Nota	31.12.12	31.12.11
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		498.074	490.345
Caixa e equivalentes de caixa	4	242.131	217.949
Contas a receber, líquidas	5	169.509	171.584
Estoques	6	14.201	20.749
Tributos a recuperar	7	48.611	78.977
Outros ativos	9	23.622	1.086
ATIVO NÃO CIRCULANTE		414.985	470.996
Aplicações financeiras em garantia		9	14
Contas a receber, líquidas	5	93.378	85.757
Depósitos e bloqueios judiciais	8	4.079	2.849
Outros ativos	9	17	53
Intangível, líquido	10	293.412	361.414
Intangível, líquido	11	24.090	20.909
TOTAL DO ATIVO		913.059	961.341
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		218.127	196.406
Pessoal, encargos e benefícios sociais	12	94	173
Fornecedores	13	181.927	159.123
Impostos, taxas e contribuições	14	21.766	23.828
Dividendos		2.218	-
Outras obrigações	16	12.122	13.282
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		54.165	42.080
Impostos, taxas e contribuições	14	21.327	20.330
Provisões	15	32.615	21.512
Outras obrigações	16	223	238
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	640.767	722.855
Capital social		630.876	630.876
Reservas de capital		209	209
Reservas de lucro		3.102	2.635
Dividendos adicionais propostos		6.580	89.135
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		913.059	961.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010	630.876	209	915	-	56.563	688.563
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(114)	(114)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.406	34.406
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	-	-	1.720	-	(1.720)	-
Dividendos propostos	-	-	-	32.686	(32.686)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	56.449	(56.449)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	630.876	209	2.635	89.135	-	722.855
Dividendos adicionais propostos do exercício de 2011	-	-	-	(89.135)	-	(89.135)
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(71)	(71)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.336	9.336
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	-	-	467	-	(467)	-
Dividendos	-	-	-	-	(2.218)	(2.218)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	6.580	(6.580)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	630.876	209	3.102	6.580	-	640.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011						
(Em milhares de reais)						

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A A. Telecom S.A. (Companhia ou ATelecom) foi constituída em 29 de outubro de 1999, com sede na Avenida Roque Petroni Júnior, 1464 - 4º andar, no bairro Jardim das Acácias em São Paulo/SP, sob forma de Companhia Anônima de capital fechado, com subsidiária integral da Telefônica Brasil S.A.

A Companhia tem por objeto:

- A gestão de prestação de serviços relacionados aos serviços de telecomunicações, notadamente de: (i) assistência técnica, instalação, operação e manutenção de redes internas de telefonia, dados e informática; (ii) integração de soluções de telecomunicações e informática, compreendendo as atividades de instalação, operação, manutenção e suporte técnico na rede de voz, dados e imagem, incluindo redes privadas virtuais, centrais privadas de comutação telefônica, fone e vídeo conferência e sistemas integrados; (iii) atendimento automatizado de voz, fornecendo acesso a informações e serviços por intermédio de telefones fixos, celulares ou públicos, utilizando o reconhecimento e autenticação de voz e textos; (iv) serviços de valor adicionado, inclusive serviços de conteúdo, conexão e acesso à *internet*, assim como serviços de tecnologia e todo o suporte necessário que guarde relação com a rede mundial de computadores, telecontêineres e telemensagens; (v) prestação de serviços de monitoramento eletrônico, incluindo a comercialização, locação, instalação, operação e manutenção de equipamentos de monitoramento e domótica, a operação de serviços de central de monitoramento, equipe de pronta resposta e assistência domiciliar;
- A gestão dos serviços de instalação, operação e manutenção de soluções *internet*, *intranet* e *extranet*;
- A representação comercial, agenciamento, intermediação e distribuição de bens e operação de serviços de qualquer natureza por conta e ordem de terceiros;
- A comercialização, representação, locação e manutenção de sistemas, equipamentos e aparelhos de telecomunicações e informática em geral, e outros correlatos;
- Consultoria, serviços e suporte técnico para especificação, implantação e manutenção de novos sistemas de voz, dados e imagem;
- A importação e exportação de bens e serviços, bem como, o desenvolvimento de atividades necessárias ou úteis à consecução do objeto social; e
- A participação no capital social de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 21 de fevereiro de 2013.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (nota 4).

b) Contas a receber líquidas: Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido da provisão para redução ao valor recuperável. Estão incluídos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para redução ao valor recuperável é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (nota 5).

c) Estoques: Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajuste ao valor de realização. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda, sendo que este último compreende, principalmente os equipamentos tratados como arrendamento mercantil financeiro (nota 6).

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para realização da venda.

d) Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

e) Imobilizado, líquido: É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação e de provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, suportada por estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso (nota 10).

f) Intangível líquido: É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação deduzido da amortização e de provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis.

Inclui os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, que possuem vida útil definida.

Estes ativos são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis (nota 11).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

g) Arrendamento mercantil: Os contratos que contém cláusulas de uso de ativos específicos e direitos a utilização do ativo são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob a perspectiva de arrendamento mercantil. Os contratos em que o arrendador transfere de forma significativa os riscos e benefícios ao arrendatário são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição de arrendadora, que são contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Solucionaria TI), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

h) Análise de recuperabilidade dos ativos: Nos termos do CPC1 (R1), a Companhia revisa, quando as circunstâncias lhes indicarem, o valor contábil líquido dos ativos com

o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e sendo o valor contábil líquido superior ao valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model*" (CAPM) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

O teste de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

i) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados e valorados em cada categoria da seguinte forma:

Ativos financeiros	Método de valoração
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa)	Valor justo
Recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros existentes no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão apresentados nas categorias acima na nota 28.

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. O critério para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros segue: (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste; e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; e (ii) menos as amortizações de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do exercício.

Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

j) Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, onde é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação. As provisões são atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência (nota 15).

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existam as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de natureza cível e trabalhista, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais e administrativas são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos.

k) Planos de benefícios pós-emprego: A Companhia patrocina individualmente plano de aposentadoria para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido dos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

l) Participação dos empregados nos resultados: A Companhia tem obrigações decorrentes dos contratos de trabalhos com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

m) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	672.763	647.348
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	19	(523.951)	(527.292)
LUCRO BRUTO		148.812	120.056
DESPESAS OPERACIONAIS		(176.379)	(160.652)
Despesas com comercialização	20	(132.981)	(118.426)
Despesas gerais e administrativas	21	(46.325)	(45.984)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	2.927	3.758
PREJUÍZO ANTES DOS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		(27.567)	(40.596)
Receitas financeiras	23	45.541	62.662
Despesas financeiras	23	(4.448)	(2.678)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		13.526	19.388
Imposto de renda e contribuição social	24	(4.190)	15.018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.336	34.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011			
(Em milhares de reais)			
	2012	2011	
Lucro líquido do exercício	9.336	34.406	
Perdas atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	(71)	(114)	
Resultado abrangente do exercício	9.265	34.292	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011			
(Em milhares de reais)			
	2012	2011	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	13.526	19.388	
Itens que não afetam o caixa:			
Despesas (receitas) que não representam movimentação no caixa	172.354	177.714	
Depreciações e amortizações	126.825	120.275	
Variações monetárias	3.973	2.130	
(Lucro) prejuízo na baixa de bens	(8)	269	
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	33.243	38.727	
Provisão de fornecedores	1.039	7.062	
Baixas e reversões de provisões para redução ao valor recuperável dos estoques, líquidas	87	1.394	
Plano de benefícios pós-emprego	(112)	1	
Provisões trabalhistas e cíveis	7.307	7.331	
Outros	-	525	
(Aumento) redução no ativo operacional:	(32.876)	(53.331)	
Contas a receber, líquidas	(54.279)	(50.202)	
Outros ativos circulantes	29.479	(2.436)	
Outros ativos não circulantes	(8.076)	(693)	
Aumento (redução) no passivo operacional:	(11.265)	(18.717)	
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(79)	(1.407)	
Fornecedores	(4.700)	(1.573)	
Impostos, taxas e contribuições	3.228	1.268	
Outros passivos circulantes	(8.268)	(8.609)	
Outros passivos não circulantes	(315)	(72)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.131)	(8.324)	
Total do caixa gerado pelas atividades operacionais	141.739	125.054	
Caixa utilizado nas atividades de investimentos</			

A. TELECOM S.A.

CNPJ nº 03.498.897/0001-13 - Companhia Fechada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição de arrendadora, que são contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Solucionaria TI), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida às contas a receber. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

r) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A Avaliação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são descritas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O recuperável é o valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Tributos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Planos de benefícios pós emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de salariedades sobre as taxas de mortalidade, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de desconto e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 26.

Provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas:

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrada um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

s) Receitas e despesas financeiras: Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

t) Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações de fluxos de caixa foram elaboradas conforme o CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.12	31.12.11
Caixa e Bancos	1.386	473
Aplicações financeiras	240.745	217.476
Total	242.131	217.949

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem essencialmente a CDBs, baseadas na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	31.12.12	31.12.11
Valores faturados	363.982	353.730
Valores a faturar	103.571	87.080

Contas a receber brutas

(-) Provisão para redução ao valor recuperável	467.553	440.810
	(204.666)	(183.469)

Total	262.887	257.341
--------------	----------------	----------------

Circulante	169.509	171.584
Não circulante	93.378	85.757

10. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a) Composição

	31.12.12			31.12.11		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos e meios de transmissão	34.548	(16.585)	17.963	32.042	(13.436)	18.606
Infraestrutura	21.396	(20.425)	971	21.578	(20.195)	1.383
Equipamentos de comutação	3.950	(2.322)	1.628	3.949	(1.830)	2.119
Equipamentos terminais/modens	198.515	(93.566)	104.949	215.230	(76.360)	138.870
Equipamentos de TV	552.896	(418.729)	134.167	475.841	(329.435)	146.406
Outros ativos imobilizados	25.724	(16.716)	9.008	19.800	(12.965)	6.835
Provisões para perdas (*)	4.006	-	(4.006)	(2.040)	-	(2.040)
Imobilizado em andamento	28.732	-	28.732	49.235	-	49.235
Total	861.755	(568.343)	293.412	815.635	(454.221)	361.414

(*) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas nas notas 19, 20 e 21.

c) Taxas de depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos imobilizados foram depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

	31.12.12			31.12.11		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Direito de uso de software	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909
Total	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909

b) Movimentação

	31.12.12			31.12.11		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Direito de uso de software	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909
Total	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909

11. INTANGÍVEL LÍQUIDO

a) Composição

	31.12.12			31.12.11		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Direito de uso de software	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909
Total	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909

b) Movimentação

	31.12.12			31.12.11		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Direito de uso de software	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909
Total	143.014	(118.924)	24.090	131.284	(110.375)	20.909

(*) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas nas notas 19, 20 e 21.

c) Taxas de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os direitos de uso de software foram amortizados de forma linear à taxa anual de 20%.

12. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	31.12.12	31.12.11
Salários a pagar	30	71
Encargos e benefícios sociais	64	-
Participação de empregados nos resultados	-	102
Total	94	173

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por índice de vencimento (*aging list*):

	31.12.12	31.12.11
A vencer	221.629	220.791
Contas vencidas - 1 a 30 dias	20.278	20.800
Contas vencidas - 31 a 60 dias	4.771	4.543
Contas vencidas - 61 a 90 dias	2.038	2.848
Contas vencidas - 91 a 120 dias	1.826	1.724
Contas vencidas - mais de 120 dias	10.345	6.635
Total	262.887	257.341

As movimentações da provisão para redução ao valor recuperável, são como segue:

Saldo em 31.12.10	(224.241)
Complemento de provisão (nota 20)	(38.727)
Baixas (*)	79.499
Saldo em 31.12.11	(183.469)
Complemento de provisão (nota 20)	(33.243)
Baixas	12.046
Saldo em 31.12.12	(204.666)

(*) Em 31 de dezembro de 2011, as baixas contemplam R\$55.279, referente a cancelamentos de contas a receber do produto "Posto Solucionaria TI".

A Companhia possui o produto "Solucionaria TI" que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011 como "Arrendamento Mercantil Financeiro" (nota 3g).

O saldo das contas a receber de 31 de dezembro de 2012 e 2011 contempla os seguintes efeitos:

	31.12.12	31.12.11
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	294.245	261.933
Receita financeira não realizada	7.757	8.941
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber	302.002	270.874
Provisão para redução ao valor recuperável	(86.648)	(69.375)
Total dos valores a receber líquidos	215.354	201.499
Circulante	121.976	116.644
Não circulante	93.378	84.855

A seguir apresentamos o cronograma de vencimentos:

	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	200.867	200.867
A vencer até cinco anos	101.135	93.378
Total	302.002	294.245

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

6. ESTOQUES

	31.12.12	31.12.11
Materiais para revenda (*)	14.894	21.070
Materiais para consumo	851	1.241
Total bruto	15.745	22.311
Provisão para redução ao valor realizável	(1.544)	(1.562)
Total	14.201	20.749

(*) Contempla o estoque de equipamentos de informática referente a arrendamento mercantil financeiro.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.12	31.12.11
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.171	9.197
Contribuição social e imposto de renda antecipados	11.266	33.741
ICMS a recuperar	29.060	29.441
PIS e COFINS a recuperar	5.941	6.462
Outros a recuperar	173	136
Total no circulante	48.611	78.977

8. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Depósitos judiciais			Bloqueios Judiciais	
	Tributários	Cível	Trabalhista	Judiciais	Totais
Saldos em 31.12.10	146	1.044	312	377	1.879
Adições	3	320	863	331	1.517
Baixas/Reversões	-	(651)	-	-	(651)
Atualização monetária	-	36	68	-	104
Transferências	-	170	-	(170)	-
Saldos em 31.12.11	149	919	1.243	538	2.849
Adições	-	1.156	190	88	1.434
Baixas/Reversões	(108)	(165)	-	(54)	(327)
Atualização monetária	-	76	47	-	123
Transferências	-	33	19	(52)	-
Saldos em 31.12.12	41	2.019	1.499	520	4.079

Os valores apresentados referem-se a depósitos judiciais pulverizados correspondentes a processos cuja probabilidade de desfecho desfavorável para a Companhia é remota, possível ou provável.

Na nota 15, estão descritos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

9. OUTROS ATIVOS

	31.12.12	31.12.11
Despesas antecipadas	234	233
Créditos com partes relacionadas	23.392	542
Superávit de plano de benefícios pós emprego (nota 26)	6	1
Adiantamentos a empregados, fornecedores e outros ativos	7	363
Total	23.639	1.139
Circulante	23.622	1.086
Não circulante	17	53

15. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por processos administrativos e judiciais de natureza cível e trabalhista perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia baseada na opinião de seus assessores legais providou provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição da provisão e a movimentação ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Natureza		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31.12.10	11.162	865	12.027
Ingressos	5.031	3.211	8.242
Reversões	(783)	(128)	(911)
Atualização monetária	2.132	101	2.233
Pagamentos/baixas	(8)	(71)	(79)
Saldos em 31.12.11	17.534	3.978	21.512
Ingressos	7.499	27	7.526
Reversões	(199)	(20)	(219)
Atualização monetária	3.584	512	4.096
Pagamentos/baixas	(105)	(195)	(300)
Saldos em 31.12.12	28.313	4.302	32.615

Contingências tributárias

A Companhia possui diversas ações de natureza tributária no montante de R\$94.304 em 31 de dezembro de 2012 (R\$92.145 em 31 de dezembro de 2011), consideradas pelos consultores jurídicos como grau de risco possível, não tendo constituído provisão.

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$3.385 (R\$3.906 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do SAT; e (iii) contribuições previdenciárias sobre premiações.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Em 31 de dezembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$20.744 (R\$33.761 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as ações, destacam-se: (i) prestações de serviços acessórios; (ii) locação de bens móveis; (iii) prestação indevida relativo a bens adquiridos no caso de ativo imobilizado; (iv) débitos declarados e supostamente não pagos; e (v) prestação de serviços sem a devida escrituração.

No entendimento da

